

Infra-Estrutura muda projeto da Vale

As informações sobre o processo de venda da Companhia Vale do Rio Doce deverão ser remetidas ao Congresso 30 dias antes de sua publicação no *Diário Oficial* da União, segundo substitutivo de Wilson Kleinübing a projeto de José Eduardo Dutra, aprovado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (foto). **Página 3**



Comissão Mista aprova LDO, que vai ao plenário

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem o substitutivo do relator, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), ao projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para 1997. Por acordo de liderança, foi incluído no substitutivo, mediante a aprovação de destaque, dispositivo do texto original permitindo a execução provisória do Orçamento, durante os três primeiros meses de 1997, caso o Congresso Nacional não envie à sanção até 31 de dezembro o projeto de lei orçamentária anual.

A Comissão, presidida pelo deputado Sarney Filho (PFL-MA), restabeleceu o percentual de 3% para a reserva de contingência, que no substitutivo tinha sido reduzido para 2,5%. No novo texto foram recuperados também dispositivos que tratam de receitas vinculadas e de apropriação de receitas condicionadas. A matéria será apreciada pelo plenário do Congresso Nacional.

Senado quebra o monopólio de resseguros

Página 2

Senado busca solução para a dívida interna

Comissão especial vai fazer levantamento da situação e propor alternativas a fim de reduzir o endividamento do setor público

O Senado vai examinar e propor alternativas para a solução da dívida pública interna. Sob a presidência do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), uma comissão especial com essa finalidade foi instalada ontem, elegendo como vice-presidente o senador Beni Veras (PSDB-CE) e como relator o senador Wilson Kleinübing (PFL-SC). Participaram da reunião de instalação os senadores José Fogaça (PMDB-RS), Ney Suassuna (PMDB-PB), Fernando Bezerra (PMDB-RN), João Rocha (PFL-TO) e José Roberto Arruda (PSDB-DF).

O senador Fernando Bezerra defendeu a necessidade de uma "decisão rápida" para solucionar a questão da alta taxa de juros que, conforme disse, poderá levar o governo a se exaurir. Já o senador Ney Suassuna pregou o que, a seu ver, já seria um consenso entre os senadores: a criação de um banco de dados sobre o tema e, em segui-



Lucena, entre Kleinübing e João Rocha, preside reunião

da, a realização de uma série de debates a fim de confrontar as informações fornecidas pelas autoridades.

- Vamos fazer um levantamento de toda a situação e apresentar alternativas que possam minorar o crescimento incomensurável da dívida interna. Para se ter uma idéia, em 1993 a dívida mobiliária interna era de R\$ 33 bilhões e, já em 1996, passou para R\$ 190 bilhões. Isso é algo calamitoso - advertiu Ney Suassuna.

Comissão da Amazônia vai ouvir ministros

Instalada ontem, a Comissão Especial do Senado destinada a definir uma política para desenvolver a Amazônia pretende ouvir todos os ministros de Estado e governadores da região, informa o relator, Ademir Andrade. **Página 5**

Quebra de monopólio do resseguro vai a promulgação

Objetivo é buscar, através da livre concorrência, um desempenho do setor segurador compatível com o mundo moderno, diz José Ignácio, relator da emenda constitucional

O plenário do Senado aprovou ontem, em segundo turno, proposta de emenda constitucional que quebra o monopólio estatal na área de resseguros, exercido pelo Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). O objetivo é buscar, através da livre concorrência, um desempenho do mercado segurador compatível com as exigências do mundo moderno. A emenda agora será promulgada pelas Mesas da Câmara e do Se-

nado.

O relator da proposta, senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), afirmou que a "supressão dos privilégios que a legislação concede ao IRB não importará a extinção do instituto. Significará a entrada de competidores na prestação dos serviços de resseguros, com reflexos diretos nos preços do seguro". Para ele, a mudança levará a uma queda de preços, em benefício direto

do consumidor. José Ignácio lembrou que o monopólio estatal do resseguro existe hoje em apenas quatro países, nenhum da América do Sul.

A organização e o funcionamento dos segmentos de seguro e resseguro deverão ser objeto de lei complementar, afirmou o relator. A emenda constitucional sobre o fim deste mo-



José Ignácio

nopólio foi apresentada na Câmara, no ano passado, pelo deputado Cunha Bueno, com o apoio de 172 deputados federais. Em sua última votação no Senado, ela recebeu 56 votos favoráveis e 10 contrários, estes apresentados pelo PT e PSB e pelos senadores Josaphat Marinho (PFL-BA) e Pedro Simon (PMDB-RS).

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Recebe o ministro da Juventude e do Esporte do Iraque, Saif-Al Dim Ahmed; o presidente da União Nacional dos Estudantes do Iraque, Abdul Ahmad; e o embaixador do Iraque no Brasil, Qais Tawliq.

10h30 - Preside reunião da Comissão Diretora.

12h30 - Recebe o ministro-presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Marco Aurélio de Faria Melo.

14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado

17h30 - Recebe Luis Carlos Prestes Filho.

18h - Recebe a prefeita de Lima Campos (MA), Fátima Lopes.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: primeiro dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 57/95, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral; discussão em turno suplementar do "Substitutivo do Senado ao PLC nº 106/94, que institui a residência médico-veterinária; "PLS nº 188/95, que cria a Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba; e "PLS 280/95, que cria Área de Livre Comércio nos municípios de Parnaíba e Luís Correia, no Piauí.

COMISSÕES

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 30/96, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 6.880/80, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares; "PDL nº 34/93, que aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes; "PDL nº 33/96, que aprova o texto do Acordo Internacional do Cacau, de 1993; e "Requerimento nº 543/96, propondo voto de louvor em favor da Organização dos Estados Americanos (OEA), que elegeu, por unanimidade, o antropólogo e senador Darcy Ribeiro para receber o Prêmio Internacional de Educação "Andrés Bello", de 1995, por sua relevante contribuição no campo educativo nacional e internacional. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 2/96 (terminativo), que dispõe sobre a criação do "Dia Nacional dos Povos da Floresta"; "PLS nº 58/96 (terminativo), que dispõe sobre a transferência dos recursos do salário-educação; e "Projeto de Resolução nº 51/96 - CN (não terminativo), que institui o Prêmio Nacional de Educação Darcy Ribeiro, e dá outras providências. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 83/95 (terminativo), que dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no regime da previdência social; "PLS nº 136/95, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores na gestão das empresas; "PLS nº 160/95, que dispõe sobre o exercício da profissão de agente comunitário de saúde; "PLS nº 180/95, que altera a redação da letra a do art. 75 da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social; e "PLS nº 290/95, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas e físicas que participarem do programa de vale-gás liquefeito de petróleo (GLP). Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Diversas matérias, destacando-se: "Requerimentos do senador Gilberto Miranda, solicitando sejam convidados para prestarem esclarecimentos, individualmente, à comissão os presidentes das empresas montadoras de veículos automotores, o presidente da Anfavea e o secretário da Receita Federal, acerca das declarações do ex-ministro Ciro Gomes, prestadas ao *Jornal do Brasil* em 27.02.95; solicitando, igualmente, que o secretário da Receita Federal remeta à comissão, antes do seu depoimento, a relação dos impostos pagos, nos últimos cinco anos, indicando nominalmente as respectivas empresas montadoras; e solicitando, no âmbito da subcomissão permanente - setor de telecomunicações - seja convocado o presidente da Companhia Telefônica da Borda do Campo (CTBC) para prestar, perante este órgão colegiado, informações acerca do Plano de Expansão de Telefonia na modalidade PCT (Planta Comunitária de Telefonia). Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.477/96, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares, e dá outras providências

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

11h - Comissão Especial destinada a promover discussões e estudos que resultem em propostas de aperfeiçoamento das políticas governamentais para a região Nordeste, inclusive seu acompanhamento e avaliação

Pauta: Instalação da comissão. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

14h - Comissão Mista de Orçamento - Subcomissão Especial destinada ao estudo e proposição de projeto de lei complementar, conforme estabelece o art. 165, parágrafo 9º, da Constituição federal

Pauta: Audiência pública, com as presenças do secretário do Planejamento e Avaliação do Ministério do Planejamento, Mauro Marcondes; e do presidente do Instituto Brasileiro de Administração Municipalista, Eraldo da Costa Reis. Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados.

Congresso saberá antes sobre venda da Vale

Substituto de Kleinübing aprovado ontem pela Comissão de Infra-Estrutura determina que processo de venda da estatal seja comunicado ao Legislativo com 30 dias de antecedência

As informações sobre o processo de venda do controle acionário da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) deverão ser remetidas ao Congresso Nacional com antecedência mínima de 30 dias de sua publicação no *Diário Oficial* da União. Isto é o que estabelece substitutivo de autoria do senador Vilson Kleinübing (PFL-SC), aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, a projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que condiciona a privatização da Vale à autorização do Legislativo. Com esse pronunciamento da comissão, a matéria volta agora ao exame do plenário.

Ao manifestar-se, em seu parecer, contrariamente ao projeto, Vilson Kleinübing argumenta que "a necessidade de uma autorização legislativa específica para a inclusão de empresas no Programa Nacional de Desestatização representa uma interferência direta do Poder



Venda da Vale dominou debates ontem na comissão do Senado

Legislativo sobre o Poder Executivo, pois o Legislativo estaria deixando de legislar sobre a matéria e passando a ditar a execução do programa".

Durante os debates na comissão, José Eduardo Dutra afirmou que a exigência de que as informações sobre a privatização da Vale sejam enviadas ao Congresso com uma antecedência de 30 dias é insuficiente. Ele observou que, caso o Legislativo não concorde com a modelagem

da operação, não disporá de instrumentos para fazer reverter o processo.

Por sua vez, Jádor Barbalho (PA), líder do PMDB, justificou sua posição contrária à desestatização da CVRD, principalmente pela indefinição sobre como serão empregados os R\$ 6 bilhões que deverão ser obtidos com a privatização da empresa.

O líder do governo, Elcio Alves (PFL-ES), esclareceu que, de acordo com o substitutivo, os recursos

oriundos da privatização da CVRD deverão ser aplicados em projetos de infraestrutura econômica.

O principal inconveniente apontado por José Roberto Arruda (PSDB-DF) no projeto de Dutra é que, segundo frisou, ele propõe uma interferência nas decisões do Executivo, quando o que se deve buscar é o fortalecimento da ação fiscalizadora do Poder Legislativo.

Os senadores Mauro Miranda (PMDB-GO), Lúdio Coelho (PSDB-MS), Joel de Hollanda (PFL-PE), Geraldo Melo (PSDB-RN), Fernando Bezerra (PMDB-RN) e Romero Jucá (PFL-RR) também apoiaram a proposta de Kleinübing. O presidente da comissão, senador José Agripino Maia (PFL-RN), lembrou que, durante a realização de audiências públicas, vários ministros e outras autoridades do governo declararam haver falta de recursos para serem investidos em obras de infraestrutura no País.

Bornhausen é novo embaixador em Portugal

O plenário do Senado aprovou ontem mensagem do presidente da República indicando o nome do ex-senador Jorge Konder Bornhausen para ocupar o cargo de embaixador do Brasil em Portugal. A função vinha sendo exercida pelo ex-presidente Itamar Franco, agora embaixador brasileiro junto à Organização dos Estados Americanos (OEA).

Bornhausen foi senador de 1983 a 1991, depois de ter governado o estado de Santa Catarina. Em 86, pediu licença para ocupar o cargo de ministro da Educação.

Decisão sobre medidas provisórias aguarda acordo entre líderes e governo

O plenário do Senado decidiu ontem adiar qualquer votação de proposta de emenda constitucional que regulamenta o uso de medidas provisórias até que seja concluído um acordo entre os líderes partidários e o Executivo em torno de um projeto único. Assim, seis emendas constitucionais que constavam da Ordem do Dia, as quais procuram estabelecer normas para uso de MPs, poderão receber emendas de plenário até a próxima terça-feira (dia 23), seguindo depois para análise na Comissão de Consti-

tuição, Justiça e Cidadania.

Os senadores aprovaram ainda requerimento para que fosse adiada por 30 dias a discussão de um projeto de lei complementar, de autoria do então deputado e hoje ministro da Justiça, Nelson Jobim, que também trata do uso de medidas provisórias. Durante a discussão do requerimento, o senador José Eduardo Dutra (SE), líder do PT, leu em plenário trechos de um pronunciamento do ex-senador Fernando Henrique Cardoso, feito em dezembro de 1988, condenando o uso abusivo de MPs pelo Executivo.

Fernando Henrique afirma no pronunciamento de 88 que "não há qualquer razão para se transformar em medida de urgência tudo aquilo que pode ser feito com mais ponderação", salientando que o governo estava "abusando das medidas provisórias como se fossem decretos-leis". O então senador Fernando Henrique aconselhou o Congresso a "repelir" qualquer tentativa do Executivo "de reapresentar medidas já condenadas pelo Congresso".

Dutra denuncia panfleto contra greve

Líder do PT cobra providências das autoridades para identificar responsáveis por incitamento à violência durante a paralisação geral prevista para amanhã



Benedita da Silva

Benedita quer rádio comunitária na legalidade

Rádios geridas por pessoas jurídicas, sem fins lucrativos, com controle público e programação plural. Este é o perfil desejado pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ) para as mais de 2.500 rádios livres e comunitárias em funcionamento no País, dependentes de regulamentação para saírem da clandestinidade. Ela pediu o empenho de todos os senadores na apreciação dos projetos que tramitam no Senado e dos vários outros que serão enviados pela Câmara dos Deputados.

Segundo informações do Fórum Nacional pela Democratização dos Meios de Comunicação e reclamações de operadores de rádios recebidas pela senadora, "a repressão está muito séria". Benedita da Silva disse que a Polícia Federal fechou recentemente cinco rádios de baixa potência, com alcance limitado a comunidades de favelas. Os transmissores foram confiscados, os responsáveis foram autuados em flagrante e libertados sob fiança, relatou.

Na opinião da senadora, esses entraves ao funcionamento dessas rádios impõem urgência na regulamentação legal de suas atividades.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) denunciou ontem a divulgação em São Paulo de um panfleto apócrifo que induz a população a atos de violência durante a greve geral convocada pelas centrais sindicais para amanhã. O panfleto diz que São Paulo vai "pegar fogo" com a paralisação e prega a queima das lojas que estiverem abertas e o apedrejamento de carros e ônibus, além de sugerir que as pessoas só saiam de casa armadas.

Dutra pediu que as autoridades adotem providências para identificar os responsáveis pelo panfleto, cuja autoria é atribuída a um desconhecido Movimento Revolucionário de Apoio à Greve Geral. "Queremos alertar e cobrar das autoridades competentes a apuração dos responsáveis, e isso não é difícil de desco-

brir. Eles têm que ser julgados, condenados e presos, pois essa ação é inteiramente contra a legalidade democrática", disse Dutra.

Ao repudiar a iniciativa desse panfleto, José Eduardo Dutra a classificou como "clandestina e criminosa" e a atribuiu àqueles que ainda não se acostumaram com a convivência democrática. Ele explicou que o objetivo da greve nacional é sensibilizar o governo para mudar sua política econômica, e manifestou sua opinião de que a paralisação ocorrerá pacificamente, conforme orientação das centrais sindicais.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) também



José Eduardo Dutra

disse que os autores do panfleto deveriam "ir para a cadeia". Ele reforçou o entendimento de que não é difícil apurar as responsabilidades, sugerindo que se investigue a gráfica que o imprimiu. Simon também aconselhou os líderes da greve a publicarem nos jornais uma nota informando à população que a paralisação ocorrerá pacificamente.

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) apartou para dizer que também recebeu três cópias do panfleto em São Paulo. Tuma condenou a publicação e disse que as autoridades têm que tomar providências para evitar distúrbios durante a paralisação.

Suspensão de audiência com sindicalistas na CAE provoca protesto de Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) protestou ontem contra a suspensão, por falta de *quorum*, de audiência pública com presidentes de centrais sindicais, convocados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para discutir o quadro de trabalho e desemprego no País. Ele disse que "o fato foi inusitado" e considerou-o uma descortesia, destacando que, no mês passado, mais de 2 mil empresários foram muito bem recebidos no Congresso.

Segundo Suplicy, o líder do governo, senador Elcio Alves (PFL-ES), "montou uma espécie de barreira" na entrada da comissão para que os parlamentares da base governista se ausentassem. Na presidência dos trabalhos, o senador Francelino Pereira (PFL-MG), por sua vez, decidiu que só abria a reunião com *quo-*



Eduardo Suplicy

rum, conforme Suplicy.

Francelino esclareceu que apenas cumpriu o regimento e que não abriu a reunião "porque poderia surgir um requerimento e não havia *quorum* para votação". Como disse, estavam presentes apenas sete senadores, além dele próprio.

Para Pedro Simon (PMDB-RS), membro da CAE que compareceu à audiência, a suspensão foi "uma grosseria desnecessária". Simon fez tam-

bém um apelo ao presidente do Senado para que ele reconfirmasse os convites aos presidentes das centrais sindicais para outra data e registre, em nome do Senado, que lamenta o ocorrido.

Jefferson Peres (PSDB-AM) explicou que integra a CAE e a CCIJ e que ambas tinham reuniões previstas no mesmo horário. Na CCIJ, informou, ele deveria relatar cinco projetos de lei e estabeleceu essa tarefa como prioritária.

Pela liderança do PT, José Eduardo Dutra (SE) afirmou que, a se repetir um comportamento desses por parte da liderança do governo, o PT fará uma "operação padrão": todas as reuniões das comissões só serão iniciadas com número regimental, visto que os senadores petistas pedirão verificação de *quorum*.

Comissão vai debater política para Amazônia

A comissão especial destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia pretende iniciar seus trabalhos ouvindo todos os ministros de Estado e dirigentes de empresas públicas e de estatais, bem como os governadores de estados da região. Foi o que anunciou o senador Ademir Andrade (PSB-PA), designado relator da comissão, que, ao ser instalada ontem, elegeu como presidente o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) e vice-presidente a senadora Marina Silva (PT-AC).

Criada por força de requerimento apresentado por Ademir Andrade, a comissão tem como objetivo buscar uma forma de desenvolvimento associado à qualidade de vida do povo da Amazônia. Segundo o senador paraense, "o desenvolvimento pretendido para a região não é determinado pela população, mas definido por grupos empresariais nacionais e grandes multinacionais, e o próprio Estado age ouvindo orientação desses grupos econômicos".

Ademir Andrade informou que a comissão deverá realizar audiências públicas em Porto Velho, Belém, Rio Branco, Palmas, Boa Vista, Manaus e Macapá, a fim de tomar conhecimento dos projetos que as autoridades e lideranças locais têm para o desenvolvimento de seus estados. Ele disse que as principais obras da região também deverão ser visitadas, após o que os senadores dirão o que desejam para o efetivo progresso da Amazônia.

A Comissão Temporária da Amazônia tem como titulares os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), José Bianco (PFL-RO), Jäder Barbalho (PMDB-PA), Romeu Tuma (PSL-SP), Sebastião Rocha (PDT-AP), Jefferson Peres (PSDB-AM), Coutinho Jorge (PSDB-PA), José Bonifácio (PPB-TO) e Valmir Campelo (PTB-DF).

Andrade Vieira propõe o cadastramento de sem-terra

Projeto prevê que trabalho será feito por prefeituras em 90 dias, a contar da publicação da lei, e incluirá também família do trabalhador

O senador Andrade Vieira (PTB-PR) apresentou ontem projeto de lei para que o Brasil cadastre todos os trabalhadores que esperam por terra para trabalhar. Conforme sua iniciativa, o cadastramento incluirá o interessado e todos os seus familiares e será feito junto às prefeituras municipais, no prazo de 90 dias,



Andrade Vieira

a contar da publicação da lei.

Ao anunciar seu projeto, Andrade Vieira disse que ele se insere nas preocupações que conduziram sua ação quando ministro da Agricultura, e explicou que a idéia de fazer esse cadastramento dos sem-terra junto às prefeituras deve-se ao fato de que ali é onde

acontece com mais frequência o problema social relacionado com a posse da terra.

Ele pediu o apoio dos senadores para sua proposta, afirmando que sugestões para aperfeiçoá-la serão muito bem recebidas. Andrade Vieira se disse preocupado em criar as condições para que o Brasil acelere seu programa de reforma agrária e espera que seu projeto tenha curso rápido, para que o Brasil possa contar com mais esse instrumento legal.

Rocha dá voto de confiança a Jungmann

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) anunciou ontem voto de confiança ao ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, afirmando dispor aquela autoridade do equilíbrio necessário para encaminhar as soluções para o tumultuado panorama fundiário brasileiro.

Rocha disse ver com receio a pregação de que esteja faltando autoridade ao governo. Para ele, os que

defendem tal ponto de vista estão "implicitamente incentivando a repressão", por ser muito difícil situar o limite dessa autoridade. O senador opinou que esta não pode ser confundida com autoritarismo.

Manifestou-se o senador contrário a qualquer violên-



Sebastião Rocha

cia, seja da parte dos sem-terra, dos fazendeiros, da polícia ou do governo.

Segundo o senador, o governo federal, ao investir menos na área social, conforme documento do TCU, está na realidade abdicando de participar da solução de um dos mais graves problemas do País.



Passarinho lança livro de memórias

Com a presença do vice-presidente da República, Marco Maciel, do presidente do Senado, José Sarney, de parlamentares e autoridades, foi lançado ontem, no Salão

Negro do Congresso Nacional, o livro de memórias do ex-senador Jarbas Passarinho, sob o título *Um Híbrido Fértil*.

Ao saudar o autor, Sarney fez declaração em que Tancre-

do Neves definiu Passarinho como "a maior revelação de homem público da Revolução de 64, que não deixará de colocar o seu saber, a sua cultura, a sua inteligência e o seu civismo a serviço do nosso povo".

A tarde de autógrafos contou com a projeção de fotos do álbum de família. O livro faz um relato dos episódios marcantes da vida de Passarinho, desde o nascimento, em Xapurí, no Acre, a infância e a mocidade em Belém do Pará, e a carreira política, que incluiu quatro ministérios e as presidências do PDS e do Senado Federal.



Romeu Tuma

Jatene responde a Tuma sobre caso da hemodiálise

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) leu em plenário respostas a ele enviadas pelo ministro da Saúde, Adib Jatene, a respeito de questionário sobre as mortes ocorridas no Instituto de Doenças Renais de Caruaru (PE). O ministro informou ao Senado que não existem, no âmbito de sua pasta, programas de treinamento para quem trabalha em serviços de hemodiálise, acrescentando que o controle sobre o cadastramento e avaliação dos serviços de saúde credenciados pelo SUS é de competência estadual.

Tuma indagara a Jatene se o ministério não poderia ter intercedido para evitar aquelas mortes. Conforme a resposta do ministro, a Secretaria de Vigilância Sanitária enviou dois técnicos para prestar apoio ao instituto, tão logo teve conhecimento do ocorrido. Esses técnicos também teriam dado orientação para minimizar as situações de risco no local.

O senador reconheceu a importância dos procedimentos descentralizados, assim como o fato de o órgão federal de saúde funcionar como um formulador de diretrizes. Mas disse não entender a indefinição de responsabilidades nem a impunidade. "A saúde, bem maior do cidadão, é direito de todos." E acrescentou que ainda aguarda um relatório da CPI da Assembléia de Pernambuco, que apurou o caso.

Projeto de Odacir proíbe publicidade de cigarro e bebida

Senador acha que chegou a hora de "estretar o cerco" contra os dois males

A proibição da publicidade de cigarros e bebidas alcoólicas na imprensa e nas emissoras de rádio e TV de

todo o País é o que estabelece projeto de lei encaminhado à tramitação pelo senador Odacir Soares (PFL-RO). Ele pediu apoio aos demais senadores para o que considera "o grande salto no processo de liberação do Brasil de dois dos seus principais alcoses intestinos: o fumo e o álcool".

- Por que, diante de tão profusas e contundentes informações a respeito dos males físicos e sociais trazidos pelo fumo e pelo álcool,

permanecem tais males sem qualquer ataque, grassando sua indústria e comércio livres em nossa sociedade? -

indaga o senador.

Para Odacir Soares, chegou a hora "de estreitar o cerco, definindo o que contribui e o que conspira contra um ideal humano de felicidade e saú-

de". Odacir defende também a necessidade de se lutar por uma consciência de que "ainda existem em nossa sociedade grandes e poderosos parasitas e sanguessugas sobrevivendo à custa da desgraça popular".



Odacir Soares

Jefferson considera "chute" dado sobre defasagem cambial

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) disse ontem que são falsas as afirmações do economista alemão Rüdiger Dornbusch sobre a situação das contas brasileiras. Para o senador, a previsão de que a defasagem do câmbio estaria em 40% não passa de "um tremendo chute".

- A defasagem está em torno de 10 a 15%. Ninguém sabe qual o parâmetro que Dornbusch usou. Na verdade não existe parâmetro algum. A economia não

é ciência exata - disse Jefferson.

- Tenho sido crítico desse governo, apesar de pertencer ao partido que está no governo. Vou continuar sendo crítico. Esse governo tem muita

coisa para ser criticada, como a sua atuação débil na área social. No entanto, não se virá criticar aqui, sem o meu protesto, uma coisa na qual o governo merece nota 10, que é uma política macroeconômica intocável - afirmou Jefferson Peres.



Jefferson



Ney Suassuna

Suassuna quer BC independente e limite ao Proer

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem a regulamentação do artigo 192 da Constituição - que trata do sistema financeiro -, a independência do Banco Central e uma auditoria independente, a exemplo do sistema alemão, para fiscalizar os bancos. O senador disse, ainda, que é preciso determinar limites de atuação para o Proer.

Para Suassuna, o BC deve ser independente do governo para cumprir a função de guardião da moeda e não ter sequer o atrelamento da fiscalização.

Segundo o senador, não se pode continuar conferindo regalias e privilégios aos banqueiros, permitindo, inclusive, que a moeda podre seja comprada a R\$ 0,30 e contabilizada a R\$ 0,83, como se verifica atualmente na garantia do Proer.

- Nós exigimos do ministro da Fazenda que tal imoralidade seja reparada, que a contabilização se faça pelo valor real de compra. Além disso, é preciso que os recursos que estavam no nome do banco, apropriados em outras empresas, sejam recapturados, leiloados e devidamente colocados na operação à hora de contabilizar o rombo - disse o senador.

Suassuna afirmou ainda que é absolutamente inarredável a necessidade de salvaguardas capazes de proteger o contribuinte quanto aos eventuais prejuízos das operações.



Mauro Miranda

Trânsito terá logo novo código, prevê Mauro

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) acredita no sucesso de um acordo político no Congresso para a aprovação imediata do novo Código de Trânsito Brasileiro. Para ele, o projeto reflete o consenso de toda a sociedade brasileira, restando aos parlamentares o "dever único e inadiável" de colocá-lo em vigor.

- As estatísticas mostram que 23 mil pessoas morrem por ano em acidentes de trânsito. O novo código é a grande esperança para reverter esses números sinistros. Acho que o governo deve antecipar-se a sua aprovação e promover uma campanha de orientação - afirmou.

Mauro Miranda defendeu a municipalização das tarefas de administração do trânsito prevista no projeto, pois, a seu ver, questões dessa área devem ser tratadas a partir das realidades locais. O senador destacou ainda os avanços no controle do alcoolismo e na proibição dos "rachas". Segundo ele, a lei dará à Justiça as condições para punir os infratores.

- É importante também cobrar dos governos federal e estaduais as providências que vão permitir o cumprimento do código. Ele estabelece, por exemplo, a concessão provisória da habilitação por 12 meses. Após esse período, será emitida a carteira definitiva a quem não houver cometido delitos. Essa medida não funciona sem a adesão de todos os estados ao Registro Nacional das Carteiras de Habilitação - frisou Mauro.

Palmeira lamenta ação do governo sobre o Proálcool

Para senador, produção de álcool gera empregos e divisas, protege o meio ambiente e tem importância estratégica

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) disse ontem que a reativação do Proálcool, anunciada pela então ministra Dorothea Werneck, da Indústria, do Comércio e do Turismo, acabou sendo reduzida a um reajuste parcial de preços defasados, "traduzido na imprensa como um subsídio para os usineiros cuja conta seria paga pelos consumidores de gasolina".

Ao invés de resolver o problema, afirmou o senador, o governo contribuiu para indispor a opinião pública contra o setor sucroalcooleiro, responsável pelo emprego de 1,3 milhão de trabalhadores.

- Continuamos ouvindo e ouvindo, mas as ações continuam



Guilherme Palmeira

tímidas - acentuou Palmeira, para quem no tratamento da questão agrícola e, especificamente, do Proálcool, alarga-se a distância entre o discurso e a realidade social.

Segundo o senador, a produção do álcool transcende a do seu emprego como combustível, situando-se na esfera estratégica da produção de energia a partir da biomassa, como foi evidenciado em seminário promovido pela Frente Parlamentar Sucroalcooleira, sobre "O álcool e a nova ordem econômica mundial". No nível interno, frisou ele, a produção sucroalcooleira envolve o suprimento, pelo Brasil, de mercados emergentes, com efeito positivo na balança comercial.

O Proálcool tem também importância geopolítica, na opinião do senador. Afinal, observou, o número de veículos no mundo saltou de 50 milhões em 1950 para 500 milhões em 1988, e não pára de aumentar, tornando imperativo conter a emissão dos poluentes lançados na atmosfera pelo consumo dos combustíveis fósseis, como o petróleo.

Em aparte, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) afirmou que, elogiado pelos cientistas estrangeiros, o Proálcool sofre, internamente, a ação de um lobby favorável ao petróleo. Esta é a origem, segundo Geraldo Melo, da comparação entre os custos de um barril de álcool e os de um barril de petróleo. O senador Humberto Lucena (PMDB-PB), por sua vez, reclamou urgência na reativação do Proálcool.



Norte-coreanos visitam Senado

Uma delegação de políticos da República Popular Democrática da Coreia fez ontem pela manhã visita de cortesia ao presidente do Senado, José Sarney. O

grupo, liderado pelo presidente da Assembléia Popular, Yong Hyong Sop, e pelo chefe da Seção de Relações Exteriores do Legislativo, Kim Rak Won, es-

tava acompanhado pela senadora Emília Fernandes (PTB-RS), vice-presidente do grupo parlamentar que reúne o Brasil e aquele país.

CCJ aprova fim de inelegibilidade entre parentes

Relator da proposta de emenda à Constituição, o senador Edison Lobão justifica em seu voto que a medida visa garantir a todos o princípio democrático de votar e ser votado



A Comissão de Justiça, reunida ontem, também aprovou alterações no Código Penal

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou extrapauta proposta de emenda à Constituição que extingue a proibição de candidaturas de parentes por consanguinidade ou por adoção - cunhados, pais de sogro, pais de sogra -, no território da jurisdição do titular. A medida visa garantir o princípio democrático de possibilitar a todos igualdade de condições de votar e ser votado, segundo afirmou, em seu voto, o relator da proposta, senador Edison Lobão (PFL-MA).

Também foi aprovado e segue para decisão do plenário do Senado projeto de lei oriundo da Câmara que pretende alterar os arts. 33, 83, 121 e 334 do Código Penal, introduzindo a execução da pena em regime aberto nas casas de albergado e o conceito de crimes de especial gravidade, ao mesmo tempo em que estabelece novas condições para a determinação do regime inicial do cumprimento da pena e da concessão da liberdade condicional.

Relatado por José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), o projeto propõe, ainda, a revogação dos parágrafos únicos dos arts. 213 e 214 do Código Penal, acrescentados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo o relator, aqueles parágrafos são contraditórios, uma vez que estabelecem penas menores para o estupro e o atentado violento ao pudor quando a vítima seja criança de menos de 14 anos.

Amin propõe secretaria para a pesca

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) defendeu ontem a criação da Secretaria de Desenvolvimento Pesqueiro, integrada à estrutura do Ministério da Agricultura e Abastecimento, apesar do impulso que, segundo ele, o setor pesqueiro recebeu do governo federal, a partir da criação do Grupo Executivo do Setor Pesqueiro (Gespe).

Na opinião do senador, a secretaria implementaria as ações programadas pelo Gespe, sobretudo as relacionadas ao ordenamento e fomento das atividades de pesca e agricultura, e que em nada interferem nas atribuições do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, particularmente orientadas à fiscaliza-



Esperidião Amin

ção do uso daqueles recursos.

Esperidião Amin disse que as ações necessárias ao desenvolvimento do setor pesqueiro nacional compreendem, entre outras, a garantia de acesso dos produtores ao crédito rural; a securitização das dívidas agrícolas; a equalização do preço do óleo diesel marítimo e dos tri-

butos relacionados ao Mercosul; e também a disponibilidade de linhas de crédito destinadas à construção de novas embarcações.

O senador comentou ainda que as linhas de crédito de custeio para a produção pesqueira, no limite de R\$ 30 mil, instituídas pelo Conselho Monetário Nacional, são inacessíveis aos pescadores. Segundo ele, o sistema bancário alega que os recursos estariam comprometidos e aquém da demanda do setor agrícola.

Para solucionar o problema, Amin sugere que se destinem, obrigatoriamente, 5% dos recolhimentos compulsórios dos depósitos à vista e de aplicações de curto prazo para a concessão de empréstimos ao setor pesqueiro.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ **Diretor-Geral do Senado:** Agaciél da Silva Maia ■ **Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação – Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo** – Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa** – José do Carmo Andrade
Editores – Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação – Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos** – Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral
 ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal